

MARCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO A NÍVEL DA FONOLOGIA

Cláudia Alexandra Moreira da Silva(*)

claudiaamsilva2011@gmail.com

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Este trabalho pretende descrever, de forma sintetizada, aspetos importantes relacionados com o conceito de marcação. Começamos por efetuar uma breve história deste conceito, no que diz respeito à forma como era visto no Estruturalismo, na Teoria Generativa *standard* e, mais recentemente, na Teoria da Otimidade. São, também, abordados os critérios geralmente associados ao diagnóstico dos elementos mais ou menos marcados. Após uma enumeração de unidades e estruturas mais marcadas no âmbito da fonologia, é questionada a possibilidade de a marcação ser universal ou particular.

PALAVRAS-CHAVE. Marcação. Critérios de marcação. Unidades e estruturas mais marcadas. Fonologia.

ABSTRACT. In this paper, some aspects related to markedness are summarised. The author starts by describing the appearance of the concept within the Structuralism and the way in which it evolved in Generative Grammar and Optimality Theory. The criteria to define marked elements are designated as well. After listing the marked units and structures, the universality of the concept of markedness is questioned.

KEY-WORDS. Markedness. Markedness criteria. Marked units and structures. Phonology.

1 - Introdução

O conceito de marcação é multifacetado e inclusivamente polémico. Para descrevermos este conceito, vamos incidir sobre as seguintes questões, que seleccionámos pela sua pertinência:

* Estudante do 4.º ano de Doutoramento em Linguística (FLUP).

1. O que é a marcação?
2. Que unidades e estruturas podem ser consideradas marcadas?
3. Que critérios poderão definir a marcação?
4. Os critérios que permitem definir elementos marcados funcionam sempre?
5. Que tendências poderão surgir a nível de marcação?
6. A marcação é universal ou particular?

2 - *O que é a marcação?*

No que se refere à primeira questão, definir o conceito de marcação revela-se uma tarefa complexa, na medida em que este conceito tem sido explicitado de formas distintas, chegando mesmo a ser negada a sua existência (*cf.* Haspelmath 2006).

No geral, poderemos considerar o conceito de não marcado como uma tendência para a simetria, como fazem Elšík & Matras (2006: 1)¹, ou para a naturalidade², seguindo Lass (1984: 196). Poder-se-á definir marcação como a tendência para as línguas preferirem estruturas ou sons particulares: as estruturas evitadas seriam consideradas “marcadas”, sendo as geradas “não marcadas” (Lacy 2006: 1).

Deve notar-se que o conceito de “marcado” se realiza por oposição ao conceito de “não marcado”, não sendo termos que se usem em absoluto – um segmento ou estrutura prosódica é comparativamente menos marcado do que outro segmento ou estrutura (Lacy 2006: 5). Assim, é necessária a existência de uma relação entre dois elementos de um sistema.

Paralelamente, Elšík & Matras (2006: 3), efetuando uma revisão da literatura sobre o conceito de marcação, afirmam que, para os linguistas da escola de Praga (nomeadamente Jakobson e Trubetzkoy), a marcação é vista pela presença de uma característica que está ausente no elemento não marcado. Esta visão está também bem presente em discussões estruturalistas no âmbito da variação, em que um dos elementos é visto como a escolha por defeito/omissão (o não marcado), enquanto o outro é excecional, ou seja, não está de acordo com as expectativas (segundo a revisão de Elšík & Matras 2006: 3).

¹ A simetria (patente no corpo humano, por exemplo), possui um efeito estético, embora seja raramente consistente (Elšík & Matras 2006: 1).

² O conceito de naturalidade, na perspetiva do autor referido, está ligado a simplicidade e economia: um sistema deve selecionar os aspetos naturais, já que os não naturais são complexos e difíceis. Este conceito não deve ser confundido com “naturalness” (no âmbito da Fonologia Natural), que se prende com fenómenos com uma motivação fonética.

Na perspectiva de Trubetzkoy (1939), para além da marcação natural, protagonizada por segmentos naturalmente marcados numa oposição privativa, existe também a marcação lógica.

A primeira diz respeito ao facto de, numa oposição entre dois segmentos, um diferir do outro por possuir uma determinada marca que está ausente no outro. Assim, num par distinguido pelo vozeamento, o segmento que possui o vozeamento é o naturalmente marcado.³

A noção de marcação lógica, por sua vez, não se restringe a oposições privativas, regendo-se, antes, por razões internas ao sistema fonológico da língua. Quando uma oposição é neutralizada, se a variante que aparecer não for condicionada externamente (*i.e.*, se as suas propriedades fonéticas não forem determinadas pelas de algum elemento no contexto de neutralização), Trubetzkoy assume que é o membro logicamente não marcado do par que tem de surgir. Assim, por exemplo, no alemão e no russo, em que as obstruintes do final de palavra têm de ser não vozeadas (o que não se prende com a influência de potenciais sons vizinhos), assume-se que estas são o membro não marcado da oposição (revisão de Anderson 1985: 110). Segundo a descrição de Kenstowicz (1994: 62), esse seria o valor do traço considerado fundamental, mais básico e mais estável.

Jakobson (1932; 1939) abordou este conceito não só no âmbito da fonologia, mas também da semântica. Desenvolveu a teoria de marcação como uma relação de valores entre oposições, considerando a marcação como a sinalização de uma dada propriedade, por oposição à sua não sinalização no membro não marcado (Elšík & Matras 2006: 7). Desenvolveu uma teoria em que mostrou que os valores não marcados tendem a ser representados por formas zero: zero fonema, zero desinência, zero oposição (neutralização), zero função gramatical (homonímia gramatical), zero significado e zero expressividade (neutralidade estilística) (Elšík & Matras 2006: 8).

Jakobson (1941) descobre uma relação entre a marcação numa hierarquia universal de traços fonológicos: os traços marcados implicam maior dificuldade de aprendizagem e uma maior facilidade de perda por parte de pessoas com afasia. O autor descreve o desenvolvimento fonológico em termos do domínio de traços distintivos, em que a criança desenvolve o seu próprio sistema de contrastes fonémicos. O padrão do desenvolvimento fonológico é universal,

³ Seguindo esta linha de pensamento, Lass (1984: 45) considera que, nas oposições privativas entre fonemas, um membro é caracterizado pela presença de um traço, enquanto o outro é caracterizado pela sua ausência. Então, nas oposições /m/: /b/ – [nasal] *vs* [não nasal] e /b/: /p/ – [vozeado] *vs* [não vozeado], o segmento que possui o traço é denominado por “marcado”. O segmento com o traço [nasal], por exemplo, é marcado, uma vez que não se limita à especificação mínima.

consistindo numa progressão de diferenciações cada vez mais finas entre traços distintivos: inicialmente distinção entre consoantes e vogais, formando-se, posteriormente, oposições cada vez menos universais. A dissolução da competência linguística individual, nas patologias da linguagem, é governada pela mesma regularidade: a perda do valor primário pressupõe a perda do valor secundário e é por isso que se fala da infantilidade da fala dos afásicos (Jakobson 1941: 59-60). A dissolução do sistema de sons nos afásicos fornece uma imagem de espelho do desenvolvimento fonológico da criança – os sons a serem adquiridos mais tardiamente são os primeiros a serem perdidos (Jakobson 1941: 60).

No contexto da Gramática Generativa *standard*, Chomsky & Halle (1968: 402 e ss.) propõem uma teoria de marcação baseada num conjunto de convenções de marcação ou definições dos valores “marcado”/“não marcado” para os traços fonológicos em contextos particulares. A marcação concebe uma estrutura como preferida ou que surge por defeito/omissão. Os elementos marcados e não marcados são compreendidos como os que apresentam maior ou menor custo. São as regras da Gramática Universal que atribuem um valor não marcado aos traços. Com efeito, os valores por omissão estão codificados na Gramática Universal, havendo um conjunto de regras que fazem emergir os valores marcados.

De acordo com a revisão de Durand (1990: 94), os autores referidos anteriormente propõem uma marcação universal e inata. Os segmentos marcados ou os valores dos traços são estabelecidos de acordo com universais interlinguísticos, frequência distribucional, mudança linguística e aquisição da língua.

A nível de Teoria da Otimidade, formulada por Prince & Smolensky (1993), a marcação é vista como a violação de uma restrição ou princípio da língua. Segundo esta teoria, cada língua é definida como um conjunto de hierarquizações de princípios universais. De acordo com Archangeli (1997: 14), as restrições numa posição mais elevada, e que são raramente violadas, indicam os aspetos não marcados, enquanto as menos importantes, e que são violadas frequentemente, mostram os aspetos mais marcados.

Em suma:

- o elemento marcado é o que possui uma marca, uma especificação em particular que está ausente no elemento por omissão (o qual possuirá a forma zero ou a forma negativa);
- o elemento não marcado é o que surge naturalmente, é o mais simétrico, o mais natural e preferido pelas línguas.

3 - *Que unidades e estruturas podem ser consideradas marcadas?*

Apresentam-se a seguir alguns exemplos de unidades e estruturas consideradas mais marcadas:

- vogais nasais (Ferguson & Chowdbury 1960; Greenberg 1966: 14; Durand 1990: 74; Kenstowicz 1994: 63);
- vogais longas (Zipf 1935; 1963; Greenberg 1966: 14);
- vogais médias, em comparação com as vogais altas (Kenstowicz 1994: 65);
- consoantes aspiradas (Greenberg 1966: 14);
- consoantes glotalizadas (Greenberg 1966: 17);
- obstruintes [+vozeadas]⁴ por oposição às [-vozeadas] (Greenberg 1966: 14; 24; Lass 1984: 155; Kenstowicz 1994: 62);
- consoantes fricativas por oposição às oclusivas (Kenstowicz 1994: 65);
- articulações secundárias como labialização, palatalização e velarização (Kenstowicz 1994: 65). A região dental/alveolar é preferida, com exceção das africadas, o que pode ser observado pelo facto de este ser o ponto de articulação usado quando, numa língua, existe apenas uma obstruinte. Nas nasais, esta tendência ainda se faz notar mais, o que resulta na preferência por /n/ (Lass 1984: 154-156);
- no geral, segmentos com articulações múltiplas e complexas são mais marcados em comparação com segmentos com articulações singulares (Kenstowicz 1994: 65);
- no que se refere às líquidas, a lateral será a menos marcada, já que as línguas que possuem duas ou mais líquidas têm provavelmente uma lateral, e um contraste lateral/não lateral (Lass 1984: 158);
- em termos de semivogais, há uma preferência por /j/, embora a maioria das línguas possua também /w/; as outras semivogais são raras (Lass 1984: 158);
- sílabas acentuadas – nem todas as línguas têm sílabas acentuadas, embora estas surjam cedo a nível de aquisição, talvez devido à sua saliência perceptiva e, no caso do inglês, devido ao facto de as palavras lexicais serem iniciadas por sílaba tónica (Demuth 1996: 121);
- a nível da sílaba, existe a preferência pelo formato não marcado CV (Blevins 1995: 213 e ss.), o que, de acordo com a TO, deriva da observância das seguintes restrições, definidas pelos autores da teoria e descritas por outros autores como Archangeli (1997: 7) e Hammond (1997: 36):

⁴ Greenberg (1966: 24), Lass (1984: 155) e Kenstowicz (1994: 63) alertam para a possibilidade de um mesmo traço poder ser considerado marcado e não marcado: a ausência de vozeamento, embora seja não marcada para as obstruintes, é considerada marcada para as soantes.

a) As sílabas começam com consoante.	Ataque
b) As sílabas têm uma vogal.	Núcleo
c) As sílabas acabam com uma vogal.	Não Coda
d) As sílabas têm no máximo uma consoante numa margem. (significa que os ataques complexos e codas complexas são inaceitáveis)	*Complexo
e) As sílabas são compostas por consoantes e vogais.	Ataque e Núcleo

Este conjunto de restrições vai dar origem ao formato silábico presente em todas as línguas do mundo (Blevins 1995: 220) e mais frequente em português, como atestado por Vigário & Falé (1994: 468 e ss.).

Vários estudos referem a tendência para se evitar o preenchimento da coda nas línguas do mundo (*vd.*, a título de exemplo, Blevins 1995: 218 ss.) e enfatizam o facto de o número de segmentos possíveis na posição de coda serem em número inferior em relação aos que se poderão encontrar em ataque (*vd.*, para o português, as descrições da estrutura silábica de Mateus & Andrade (2000: 39 e ss.) e Mateus, Frota & Vigário 2003: 1038 e ss.). O português é uma das línguas que mais restrições impõem ao preenchimento da coda. Este esvaziamento corresponde, segundo Veloso (2008: 13), a uma tendência fonológica sistemática desta língua, tendo contribuído para a sua diferenciação em relação a outras línguas românicas. A nível de aquisição, vários estudos referem a ausência de coda nas sílabas presentes nas primeiras palavras produzidas pelas crianças, nomeadamente os estudos de Fikkert (1994), Vihman (1996), Freitas (1997) e Levelt *et al.* (2000). Como causas, Levelt (2009), numa revisão da literatura, refere a existência limitada de padrões silábicos, a imaturidade do sistema de produção ou o facto de a representação lexical estar incompleta, pelo que as codas não são totalmente armazenadas. De acordo com um estudo experimental que realizou, a autora aponta ainda outra causa possível, que se baseia no facto de as palavras mais conhecidas das crianças serem mais facilmente armazenadas na sua forma original do que as menos conhecidas, estando as codas destas palavras fielmente armazenadas na representação lexical. Assim, o desenvolvimento da coda aparenta estar relacionado com a experiência da criança.

Além disso, a nível do ataque ramificado, esta estrutura é a última a estabilizar no português europeu (Freitas 1997), surgindo também tardiamente no português do Brasil (Avila 2000). A nível do holandês, Levelt *et al.* (2000) afirmam que os constituintes complexos, ataques e codas, só surgem depois de CV, CVC e V.

Há, inclusivamente, um estudo mais radical de Bhatt, Ndayiragije & Nikiema (2008), em que os autores defendem que ataques complexos compostos por Obstruinte+Líquida não são

realmente tautossilábicos mas heterossilábicos, como acontece em fongbe (palavras como “klu” são divididas como k. lu, havendo uma posição para a rima na primeira sílaba), já que, como propõem os autores, cada segmento é mapeado em unidades binárias por um algoritmo silábico.

4 - *Que critérios poderão definir a marcação?*

Alguns critérios têm sido geralmente apontados para a definição de elementos marcados, nomeadamente:

– *a frequência* (a nível quer da sua presença no inventário fonémico das línguas, quer da própria língua, nomeadamente o seu surgimento no discurso) – as estruturas marcadas são as mais frequentes, ou seja, o que é complexo é menos frequente, como já afirmava Zipf (1935; 1963) (Greenberg 1966: 14; Lass 1984: 132; Elsík & Matras 2006: 15-22). No estudo de Vigário & Falé (1993: 465-466) referente à frequência de tipos silábicos em português, as sequências mais frequentes são consideradas mais naturais, produtivas e menos marcadas, sendo originalmente simples ou tendo passado por um processo de regularização. As menos frequentes são, inversamente, mais marcadas;

– *a distribuição* – o elemento menos marcado possui uma distribuição com menores restrições, podendo, deste modo, surgir em contextos em que o elemento mais marcado não surge, como os contextos de neutralização (Kenstowicz 1994: 62; Greenberg 1966: 21; Lass 1984: 132). Assim, por exemplo, o tailandês contrasta /p, p^h, b/ em ataque, mas, em posição de coda, surge apenas [p] (Kenstowicz 1994: 62). Segundo a descrição de Durand (1990: 75), a oposição entre /p/-/b/, /t/-/d/, /k/-/g/ é neutralizada em inglês depois de /s/, apenas surgindo [p], [t] e [k] nesta posição;

– *a aquisição da língua*⁵ – as estruturas não marcadas são as que surgem primeiro a nível da aquisição por parte da criança (Jakobson 1941; Lass 1984: 132; Kenstowicz 1994: 62; Elsík & Matras 2006: 15-22). Este critério está relacionado com a disponibilidade de certas formas linguísticas por parte da linguagem das crianças, bem como da linguagem dirigida pelos adultos às crianças: “child-directed speech” (Faingold 2008: 19);

– *patologias da linguagem* – os valores não marcados são os últimos a desaparecer em patologias da linguagem, como as afasias (Jakobson 1941; Kenstowicz 1994: 62; Elsík & Matras 2006: 15-22). Alguns problemas de linguagem podem, eventualmente, ser considerados como um desenvolvimento tardio de estruturas marcadas (Bernhardt & Stemberger 2006);

⁵ No âmbito da Fonologia Natural, afirma-se que certos processos são favorecidos nas produções das crianças em fase de aquisição, a saber: as obstruintes tornam-se menos vozeadas, as vogais tornam-se não nasais, as fricativas tornam-se oclusivas, as vogais tornam-se altas (Donegan 1995: 63).

– *a história da língua* – as estruturas marcadas tendem a ser alvo de regularizações, sendo menos estáveis historicamente (Jakobson 1941; Greenberg 1966: 69; Lass 1984: 132; Elsíik & Matras 2006: 15-22);

– *a facilidade de produção e de percepção* – as estruturas menos marcadas são, geralmente, as mais fáceis de produzir ou perceber. Segmentos que exigem articulações mais complexas tendem a ser mais marcados. A complexidade faz-se sentir a nível psicológico, perceptivo e articulatório e reflete-se em custo e em não otimidade (Lass 1984: 132) (consultar Carvalho, Nguyen & Wauquier (2010) para a medida da complexidade);

– *a universalidade* – os elementos não marcados, nomeadamente as obstruintes não vozeadas, tendem a surgir em todas as gramáticas (Kenstowicz 1994: 62);

– *a implicação* – a existência de um segmento marcado tende a implicar a existência do correspondente não marcado (Lass 1984: 132). Assim, por exemplo, se uma língua possuir vogais nasais, também possui vogais orais;

– *os processos fonológicos* – os elementos marcados são raramente o *output* de certos processos, são frequentemente os únicos despoletadores de processos e estão muitas vezes isentos de passarem por processos (Lacy 2006: 4). Assim, como as glotais e coronais têm um ponto de articulação menos marcado do que as labiais e dorsais, o *output* da epêntese duma consoante é sempre uma coronal ou glotal e nunca labial ou dorsal (Lacy 2006: 5).

5 - Os critérios de marcação funcionam sempre?

Nem sempre a marcação funciona do modo esperado. Num dado sistema, um segmento pode passar de não marcado a marcado e, mesmo assim, revelar grande estabilidade, de acordo com Lass (1984: 133). Na verdade, se todos os fenómenos tendessem para a não marcação enquanto sinónimo de facilidade, só ocorreriam fenómenos de assimilação (Lass 1984: 198). Além disso, se fossem necessárias resoluções naturais de sequências marcadas, estas já teriam acontecido em todas as situações possíveis, e os *outputs* marcados nunca surgiriam, o que não corresponde à verdade (Lass 1984: 200).

Assim, há alguma descrença no conceito de marcação, que, segundo Lacy (2006: 6), deriva dos seguintes problemas:

i) *alguns diagnósticos de marcação não funcionam sempre* – muitos processos ignoram as hierarquias de marcação, tratando todas as categorias do mesmo modo. Ex.: as vogais epentéticas podem ser altas, médias ou baixas (Lombardi 2003); a única assimetria prende-se com o arredondamento, já que as arredondadas nunca podem ser epentéticas (Lacy 2006: 6);

ii) *elementos marcados podem ser preservados* – contrariamente às expectativas, elementos menos marcados podem ser eliminados enquanto elementos mais marcados são mantidos. Ex.: no catalão, a coronal /n/ assimila enquanto a labial /m/ e a dorsal /ŋ/ não (Lacy 2006: 7-8);

iii) *as distinções de marcação podem ser ignoradas* – algumas línguas tratam as coronais como mais marcadas enquanto outras fazem o contrário (o que é denominado por reversão de marcação). Por outro lado, enquanto algumas línguas consideram as labiais mais marcadas que as coronais, outras parecem ignorar esta distinção de marcação, ou seja, são ambas igualmente marcadas (ocorre o que o autor designa por “conflation”). Mesmo na própria língua, esses fenómenos podem ocorrer. Isto parece colocar um problema, dado que sugere que não há universalidade nas hierarquias de marcação, o que não corresponde à verdade, segundo o autor. Com efeito, a universalidade pode fazer-se sentir pela existência de alguns traços e segmentos que nunca são os menos marcados em nenhuma hierarquia, pelo que o conceito de “marcação” é relevante, devendo ser mantido (Lacy 2006: 9-10).

O mesmo autor defende que os critérios normalmente associados à definição de marcação não estão relacionados com competência, como deviam, mas sim com *performance*. Destacamos os seguintes:

i) *frequência a nível do inventário fonémico*: o facto de quase todas as línguas possuírem [t] no seu inventário implica que este seja considerado menos marcado que as outras oclusivas e até que as outras consoantes. Mas a frequência no inventário não mostra a marcação a nível da competência. A nível da percepção, se um som é mal compreendido, a sua frequência pode desaparecer. O facto de ser possível gerar gramáticas sem [t] evidencia que a pouca frequência de uma estrutura fonológica é irrelevante para determinar a competência ou *língua-i* (Lacy 2006: 13-15);

ii) *frequência a nível de ocorrência*: embora o vozeamento seja mais marcado que o não vozeamento⁶, as línguas podem ter, a nível de frequência no inventário, mais oclusivas vozeadas do que não vozeadas (Lacy 2006: 15). Por outro lado, [ʃ] e [ʒ] ocorrem com a mesma frequência que [s] e [z] em português, apesar de serem mais marcadas, por serem palatais (Faingold 2008: 19);

iii) *mudança diacrónica e empréstimos*: a mudança pode ser influenciada por fatores de *performance* (Lacy 2006: 16);

iv) *as patologias da linguagem* - crianças com problemas de linguagem podem mostrar um desenvolvimento superior de um valor marcado da língua, como demonstram Bernhardt &

⁶ As obstruintes vozeadas neutralizam para não vozeadas, mas o contrário não se verifica; as obstruintes ependéticas podem ser não vozeadas, mas nunca vozeadas (Lacy 2006: 15).

Stemberger (2006), desempenhando os fatores de *performance* um papel importante, a par dos mecanismos de competência (Lacy 2006: 19).

Lacy (2006) centra-se na marcação a nível da competência dos falantes e defende que um critério fiável para a diagnosticar se baseia no *output* da neutralização⁷. As vogais centrais, como podem ser o *output* de neutralização, são menos marcadas em relação a outras vogais. Contudo, a nível de frequência, são consideradas mais marcadas, mas o critério da frequência prende-se com a marcação a nível de *performance* e não de competência (Lacy 2006: 21).

Por outro lado, Battistella (1990: 45), após rever os critérios que permitem definir a marcação (nomeadamente a distribuição, a neutralização e a simplicidade, para dar apenas alguns exemplos) conclui que, se nenhum deles é infalível quando analisado isoladamente, caso sejam encarados no seu conjunto, permitirão identificar os elementos mais marcados com eficácia.⁸

6 - *Quais são as tendências na marcação?*

Existe uma tensão entre duas tendências da língua:

1 – tratar os membros ou valores da mesma categoria paradigmática como equivalentes em estatuto em termos da sua posição e forma – tendência para a simetria (não marcação);

2 – dar expressão aos traços distintivos de um membro ou valor de um paradigma, estruturando-o de forma diferente e, por conseguinte, perturbando a simetria do paradigma (marcação) (Elšík & Matras 2006: 3).

Lacy (2006: 23), no âmbito da Teoria da Otimidade, formula esta tensão divergente nas línguas pela postulação de duas influências principais na marcação:

1 - *redução* – há uma pressão para segmentos do *output* terem traços não marcados;

2 - *preservação do mercado* – há uma pressão para os *inputs* marcados manterem a sua fidelidade, *i.e.*, serem preservados (Lacy 2006: 23).⁹

⁷ Um contra-exemplo é o caso da neutralização do /r/ e do /R/ em português, na medida em que, de acordo com o contexto (início ou final de palavra), ambos podem surgir em posição de neutralização (revisão de Battistella 1990: 47)

⁸ O autor começa por se referir à marcação a nível semântico, só depois descrevendo a marcação no âmbito da fonologia.

⁹ A nível de redução da marcação e preservação do mercado, tem sido observado que a tendência geral é a de as estruturas marcadas passarem a não marcadas. Mas isto não significa que, a nível da evolução da língua, todas as estruturas passem a não marcadas, uma vez que algumas estruturas marcadas são preservadas, e outras ainda são geradas, o que poderá dever-se ao contacto com outros sistemas, embora nem todos os autores concordem com esta hipótese (Elšík & Matras 2006: 22-24).

A estas acresce um mecanismo que permite que a distinção entre sons marcados e não marcados seja ignorada (“conflation”), mas nunca invertida.

Devido a estes mecanismos, a marcação ocorre somente quando a preservação é irrelevante (Lacy 2006: i), na medida em que existe uma pressão gramatical para a preservação dos elementos marcados.

6.1 - *Redução de marcação*

Tradicionalmente, apenas se considera a pressão para um elemento se tornar não marcado, ou seja, a redução de marcação. Neste caso, os *inputs* surgem à superfície sem respeitarem “Fidelidade” quando há pressão para se tornarem menos marcados (Lacy 2006: 22).

Mas nem todos os fenómenos sincrónicos mostram assimetrias de marcação. A solução é reconhecer que existe a pressão para preservar elementos marcados.

5.2 - *Preservação do marcado*

A preservação do marcado consiste em situações em que elementos altamente marcados não são modificados por processos de outro modo gerais (Lacy 2006: 22-23).

A preservação do marcado reduz as possibilidades de os efeitos de marcação se mostrarem claramente (Lacy 2006: 23). Contudo, estes fazem-se sentir:

- a) quando a preservação é irrelevante (nomeadamente no caso de segmentos epentéticos) (Lacy 2006: 23);
- b) na direção da mudança – os *inputs* marcados podem tornar-se não marcados, mas os *inputs* não marcados não podem ficar mais marcados quando processos como assimilação e dissimilação são colocados de parte. Assim, por exemplo, [t] nunca neutraliza em codas para [k] ou [p] (Lacy 2006: 24).

6.2 - *Conflation*

Lacy (2006: 24) aborda a marcação a nível de segmentos pelo estabelecimento de hierarquias de marcação. As hierarquias de marcação são invariáveis, mas as línguas, e até processos dentro da mesma língua, podem ignorar determinadas relações de marcação. As restrições permitem que as distinções de marcação sejam ignoradas (Lacy 2006: 24). Com efeito,

se a única restrição activa for *{dorsal, labial}, a distinção entre dorsais e labiais é eliminada, na medida em que ambas incorrem em violações na mesma restrição (Lacy 2006: 25).

“Hierarchy conflict means that statements like ‘segment x is marked’ are not valid. Strictly speaking, markedness relations should be qualified as ‘y is never more marked than x with respect to feature F in the F-hierarchy in environment E.’” (Lacy 2006: 25). Deste modo, [t] nunca é mais marcado que [v] no que respeita à hierarquia de ponto de articulação nos ataques silábicos. Na hierarquia de ponto de articulação, as coronais são menos marcadas que as labiais (Lacy 2006: 25). Da mesma forma, obstruintes vozeadas são mais marcadas do que as não vozeadas (Lacy, 2006: 25). Os ataques favorecem segmentos com menor sonoridade (Prince & Smolensky 1993), enquanto as codas favorecem elementos com maior sonoridade. Assim, na hierarquia de sonoridade, [t] é menos marcado que [v] no ataque, mas mais marcado na coda (Lacy 2006: 25-26).

7 - *A marcação é universal ou particular?*

A busca de universais linguísticos tem sido uma preocupação constante da linguística. Procura-se descrever as características comuns a todas as línguas, de modo a conceber a língua como uma especificidade da espécie humana. Um exemplo de um universal linguístico consiste na distinção entre consoantes e vogais e, naquelas, entre soantes e obstruintes, segundo nota Kenstowicz (1994: 64).

Segundo Lass (1984: 131), a pesquisa de universais centra-se na tentativa de descobrir as propriedades definitórias das línguas naturais, por um lado, e na tentativa de dividir as línguas em tipos tendo por base a presença ou ausência de certas propriedades, por outro. Há também universais implicacionais: a posse da propriedade Pi implica a posse da propriedade Pj, mas não vice-versa.

É comum referir-se o conceito de universalidade ligado à marcação. Jakobson (1941) fá-lo sob a forma de implicaturas: se uma língua possuir o traço x, também vai possuir o traço y, mas não necessariamente vice-versa.

Greenberg (1996: 14) refere os casos de neutralização: apesar de diferenças entre as línguas, não se pode deixar de notar que são geralmente as mesmas categorias a surgir em posição de neutralização.

Também podemos ligar o estado inicial da aquisição¹⁰ à universalidade dos elementos não marcados. Neste estado inicial de desenvolvimento, a criança produz formas não marcadas, independentemente da sua língua materna, o que, na perspectiva de Smolensky (1996), deriva do facto de todas as restrições de marcação dominarem as restrições de fidelidade ao *input*. Com efeito, as restrições de marcação favorecem *outputs* não marcados, enquanto as restrições de fidelidade podem favorecer a emergência de valores marcados.

Contudo, considera-se que não se deve excluir a possibilidade de existência de aspetos particulares a nível da marcação. Vejamos o que afirma Battistella (1990: 58) sobre o assunto:

“But the facts of a particular language may override cross-linguistic naturalness, and the evaluation of an opposition in a given language may in some cases differ from the cross-linguistics norm. So while phonological markedness values of specific languages can be expected to often correspond to the universal norms, this need not be the case.”

(Battistella 1990: 58)

8 - Conclusão

O conceito de marcação não está isento de controvérsia, mas enquanto alguns autores propõem o fim do conceito (*vd.* Haspelmath 2006), outros, como Lacy (2006), mostram a sua relevância, sobretudo quando considerado a nível de competência, e não de *performance*.

Neste artigo, pretendeu-se descrever, sintetizadamente, a história deste conceito e abordar os critérios que são habitualmente usados para diagnosticar os elementos mais ou menos marcados. Também se procurou fazer uma breve enumeração desses elementos.

Concluiu-se que a marcação pode possuir diferentes significados:

- o elemento mais marcado é aquele que possui uma marca, uma especificação extra que o correspondente menos marcado não possui;
- o elemento menos marcado é o que é mais simétrico, regular, natural e preferido pelas línguas.

¹⁰ Vários autores têm apontado possíveis causas para esta ordem de aquisição universal: Locke (1995: 286) aponta a experiência, bem como a anatomia do tracto vocal como causas; Vihman (1996: 29) refere-se à facilidade de armazenamento de estruturas silábicas; Donegan (1995: 63) refere-se ao facto de a otimidade a nível articulatório e perceptivo impor restrições fonéticas às produções das crianças. Para além destas explicações, mais ligadas à *performance*, também seria importante averiguar a existência de causas relacionadas com a competência, nomeadamente a possibilidade de haver uma preferência intuitiva por formas não marcadas.

Também se pode afirmar que o elemento mais marcado é menos frequente, possui uma distribuição mais limitada, tende a ser adquirido mais tardiamente, a desaparecer mais precocemente em caso de patologia de linguagem e a ser regularizado em termos de evolução diacrónica. Além disso, o elemento marcado raramente é o *output* de processos fonológicos e a sua presença tende a implicar a presença do elemento menos marcado. Contudo, por vezes, estes critérios são contraditórios, pelo que se poderá optar pelo critério mais ligado à competência do falante (segundo Lacy (2006), o facto de ser ou não o *output* de processos fonológicos) ou por outro critério que pareça fiável, como o critério implicacional (a existência do elemento marcado tende a implicar a existência do seu correspondente não marcado).

Também se deverá ter em conta que nem todos os elementos marcados sofrem uma pressão para se tornarem regulares, na medida em que, numa língua, está presente não só a tendência para a redução do marcado, mas também a tendência para a sua preservação. Será interessante pesquisar que elementos são preservados e se essa preservação visa respeitar um princípio considerado importante na hierarquia de princípios ou restrições de uma dada língua.

No que se refere a unidades e estruturas mais marcadas, salientamos, a nível de vogais, as longas e as nasais; a nível de consoantes, as aspiradas, as glotalizadas e as africadas; e a nível de estruturas silábicas, as sílabas com coda e com ataque complexo.

Relativamente ao facto de haver uma tendência universal de marcação ou a possibilidade de os elementos marcados numa língua não serem marcados noutra, as duas possibilidades são razoáveis e a resposta varia de autor para autor, embora a universalidade da marcação nos pareça mais provável.

Agradecimentos

A investigação que esteve na base da produção deste artigo foi suportada pela bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/40775/2007, concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

REFERÊNCIAS

- Anderson, S. 1985. Phonology in the 20th century – theories of rules and theories of representations. Chicago: The University of Chicago Press.
- Antilla, A.; Cho, Y. 1998. Variation and Change in Optimality Theory. In John McCarthy (Ed.) Optimality Theory in Phonology. Oxford and Massachusetts: Blackwell Publishers, 569-580.
- Archangeli, D. 1997. Optimality Theory: An Introduction to Linguistics in the 1990s. In Diana Archangeli; D. Langendoen (Eds.) Optimality Theory. Oxford and Massachusetts: Blackwell Publishers, 1-32.
- Avila, M. 2000. A aquisição do ataque silábico complexo. Um estudo sobre crianças com idade entre 2.0 e 3.7. Dissertação apresentada ao Curso de pós-graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas. Disponível na Internet em

- http://www.ucpel.tche.br/poslet/dissertacoes/2000/A_aquisicao_do_ataque_silabico-Maria_Avila.pdf. Acedido em Julho de 2008.
- Battistella, E. 1990. *Markedness: the Evaluative Superstructure of Language*. Albany: State University of New York Press. Disponível na Internet em <http://books.google.pt/books>. Acedido em Julho de 2009.
- Bernhardt, B.; Stemberger, J. 2006. Phonological impairment in children and adults. In Paul Lacy, Paul (Ed.) *The Cambridge handbook of phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, cap. 25. Citado por Lacy (2006).
- Blevins, J. 1995. The Syllable in Phonological Theory. In John Goldsmith (Ed.) *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge (Mass.)/Oxford: Blackwell, 206-244.
- Bhatt, P.; Ndayiragije, J.; Nikiema, E. 2008. Are branching syllabic constituents really necessary? in Cluny Conference on the Syllable. Disponível na Internet em www.cunyphonologyforum.net/SYLLPAPERS/Bhattposter.pdf. Acedido em Julho de 2009.
- Carvalho, J.; Nguyen, N.; Wauquier, S. 2010. *Comprendre la phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Chomsky, N.; Halle, M. 1968. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Costa, J. 2001. *Gramática, Conflitos e Violações. Introdução à Teoria da Optimidade*. Lisboa: Caminho.
- Demuth, K.. 1996. Alignment, stress and parsing in early phonological words. In B. Bernhardt; J. Gilbert; D. Ingram (Eds.) *Proceedings of the UBC International Conference on Phonological Acquisition*. MA: Cascadilla Press, 113-125. Disponível na Internet em <http://books.google.pt/books>. Acedido em 13 de Julho de 2009.
- Donegan, P.; Stampe, D. 1979. The study of Natural Phonology. In D. Dinnsen (Ed.) *Current Approaches to Phonological Theory*. Bloomington: Indiana University Press, 126-173.
- Donegan, P. 1995. The Innateness of Phonemic Perception. In Vida Samiiian; Jeanette Schaeffer (Eds.) *Proceedings of the twenty-fourth Western Conference of Linguistics*. Fresno: CSU, 59-69.
- Elšík, V.; Matras, Y. 2006. *Markedness and language change. The Romani sample*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Faingold, E. 2008. *The Development of Phonology in Spanish and Portuguese*. Muenchen: LINCOM Studies in Romance Linguistics.
- Ferguson, C.; Chowdbury, M. 1960. The phonemes of Bengali. In *Language* 36, 22-59.
- Fikkert, P. 1994. *On the Acquisition of Prosodic Structure*. Dordrecht: ICC Printing.
- Freitas, M. 1997. *Aquisição da estrutura Silábica do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Greenberg, J. 1966. *Language Universals*. Hague, Paris: Mouton & Co.
- Hammond, M. 1999. *The Phonology of English – A Prosodic Optimality-Theoretic Approach*. Oxford: Oxford University Press.
- Haspelmath, M. 2006. Against markedness (and what to replace it with). In *Journal of Linguistics* 42. Disponível na Internet em citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/. Acedido em Janeiro de 2009.
- Jakobson, R. 1932. Zur Struktur des russischen Verbuns. In *Charisteria Gvilelmo Mathesio qvinqvagenario a discipulis et Circuli Lingvistici sodalibus oblata*. Prague: Pražský lingvistický Kroužek, 79-84. Citado por Elšík e Matras (2006).
- Jakobson, R. 1939. Signe zéro. In *Mélanges de linguistique offerts à Charles Bally*. Geneva: Librairie de l'Université, 143-152. Citado por Elšík e Matras (2006).
- Jakobson, R. 1941. *Kindersprache, Aphasie und allgemeine Lautgesetze*. Uppsala: Alqvist and Wiksells. Consultada a seguinte versão: Jakobson, R. (1972). *Child language aphasia and phonological universals*. The Hague: Mouton.
- Kenstowicz, M. 1994. *Phonology in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell.

- Lacy, P. 2006. *Markedness. Reduction and Preservation in Phonology*. New York: Cambridge University Press.
- Lass, R. 1984. *Phonology: an introduction to basic concepts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levelt, C. 2009. A role for markedness in perception? Coda omissions in early child language – Apresentação em “Academy Colloquium: Language Acquisition and Optimality Theory”.
- Levelt, C.; Schiller, N.; Levelt, W. 2000. The Acquisition of Syllable Types. In *Language Acquisition*, 8 (3), 237-264.
- Locke, J. 1995. Development of the capacity for spoken language. In: P. Fletcher; B. MacWhinney (Eds.). *The Handbook of Child Language*. London: Blackwell Publishing, 278-302.
- Lombardi, L. 2003. Markedness and the typology of epenthetic vowels. In *Linguistics and Phonetics 2002 proceedings: Prosody and phonetics [also Rutgers Optimality Archive 578]*. Citado por Lacy (2006).
- Mateus, M.; Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Mateus, M.; Frota, S.; Vigário, M. 2003. Prosódia. In Maria Helena Mateus; Ana Brito; Inês Duarte; Isabel Faria (Eds.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1035-1076.
- Prince, A.; Smolensky, P. 1993. Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar. In John MacCarthy (Ed.) – *Optimality Theory in Phonology*. Oxford and Massachusetts: Blackwell Publishers, 3-71.
- Smolensky, P. 1996. The initial state and ‘richness of the base’ in Optimality theory. ROA-154. Rutgers Optimality Archive.
- Stampe, D. 1979. *A Dissertation on Natural Phonology*. Garland, New York/ Indiana University Linguistics Club: Bloomington.
- Trubetzkoy, N. 1939. *Grundzüge der Phonologie*. Travaux du cercle linguistique de Prague 7. Citado por Anderson (1985).
- Veloso, J. 2008. Coda-avoiding: Some evidence from Portuguese. In *Romanitas. Linguas y literaturas romances*, 3, (1). Disponível na Internet em <http://humanidades.uprrp.edu/romanitas/english/volumen3/veloso.html>. Acedido em Janeiro de 2009.
- Vigário, M.; Falé, I. 1994. A Sílabas no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica. In *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri/APL, 465-477.
- Vihman, M. 1996. *Phonological Development. The origins of Language in the Child*. Cambridge (Mass.)/Oxford: Blackwell Publishers Inc.
- Zipf, G. 1935. *Psychology of Language*. Boston. Citado por Greenberg (1996).
- Zipf, G. 1963. *Human behaviour and the principle of least effort*. Cambridge (Mass.). Citado por Greenberg (1996).